
ENTRE PÓS-MODERNO E PÓS-COLONIAL: MEMÓRIA E PERDA NO ROMANCE PORTUGUÊS DA GUERRA COLONIAL

Between postmodern and postcolonial: memory and loss in the Portuguese
novel of Colonial War

Luca Fazzini¹

RESUMO: Considerando algumas das reflexões acerca do pós-moderno e do pós-colonial, expressas em particular por Boaventura de Sousa Santos, Fredric Jameson e Remo Ceserani, com o artigo “Entre pós-moderno e pós-colonial: memória e perda no romance português da Guerra Colonial ” proponho uma leitura comparada dos romances portugueses *Os cus de Judas* (1979), de António Lobo Antunes, e *Jornada de África* (1989), de Manuel Alegre. Ambos os romances, solicitando uma ampla reflexão acerca da experiência traumática da Guerra Colonial e da repressão fascista, manifestam o enfraquecimento dos sujeitos fortes da modernidade ocidental – como a Nação e o Estado – e a necessidade pós-colonial de repensar a identidade portuguesa e a memória coletiva, numa perspectiva pós-colonial, perante o desmorono do império ultramarino.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-moderno; Pós-colonial; Memória e Literatura; Literatura Portuguesa.

ABSTRACT: Considering some reflexions on the post-modern and post-colonial, especially the observations of Boaventura de Sousa Santos, Fredric Jameson and Remo Ceserani, in the article “Entre pós-moderno e pós-colonial: memória e perda no romance português da Guerra Colonial ” I suggest a comparative reading of two Portuguese novels: *Os cus de Judas* (1979) by Antonio Lobo Antunes and *Jornada de África* (1989) by Manuel Alegre. Both novels demand a wide reflection about the dramatic events of the Colonial War and fascist repression, exposing the weakening of Nation and State, two key subjects of modern thinking. Moreover, they highlight the need for a post-colonial view of Portuguese identity and collective memory, given the collapse of Portuguese colonial empire.

KEYWORDS: Postmodern; post-colonial; memory and literature; portuguese literature.

Se eu não estivesse a dormir
perguntaria aos poetas
A que hora desejam que vos acorde?
vamos decifrar ruínas
identificar os mortos

¹ Mestre em Estudos Comparatistas pela Universidade de Lisboa, doutorando em Literatura, Cultura e Contemporaneidade na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor do Instituto Italiano di Cultura Rio de Janeiro - IIC-Rio. Rio de Janeiro, RJ.

dormir com mulheres reais
denunciar os traidores
e atraiçoar a poesia
envenenada nas palavras
que respiram ausência podre
vamos dizer sem maiúsculas
o amor a vida e amorte
(Alexandre O'Neill, *Em pleno azul*)

PÓS-MODERNO E PÓS-COLONIAL: CONTEXTUALIZAÇÕES

Refletir acerca da produção artística mais recente significa deparar com um conceito que ganhou crescente interesse nas últimas décadas: o de pós-moderno. De facto numerosos intelectuais, provenientes de diferentes escolas de pensamento, tentaram contextualizar a contemporaneidade a partir de perspetivas de oposição com o momento anterior, com a modernidade.

Principalmente no que diz respeito à peridização histórica, o debate envolveu sobretudo a ligação entre as duas épocas e, por conseguinte, o sentido da partícula pós, utilizada para configurar uma nova era e uma sensibilidade diferente. Se o pós em pós-moderno parece sugerir uma superação cronológica que aponta para uma profunda rutura com o período anterior, porém, é em relação a esta mudança que se encontram as primeiras e mais profundas divergências no mundo do pensamento crítico. Isto é, nem todos os intelectuais que questionaram a relação entre modernidade e pós-modernidade encontram-se de acordo em considerá-las como duas épocas bem distintas e marcadas por condições económicas e sociais diferentes.

No seu livro *Raccontare il postmoderno*, Remo Ceserani, professor de Letterature Comparete na Università di Bologna e visiting professor na University of California – Berkeley, dedica a introdução à questão da periodização histórica, reputada algo de móvel, mutável e sujeita a interpretações distintas. Para Ceserani, existiriam pelo menos três critérios de orientação possível para que seja oportuno falar de uma mudança epocal: 1. a extensão dos fenómenos no espaço e ao longo do tempo; 2. a concomitância de elementos peculiares em variados setores da vida social, das estruturas da comunicação e no imaginário coletivo; 3. as hierarquias interpretativas através das quais cada indivíduo se relaciona com a realidade, estabelecendo assim ligações de precedência e dominância (CESERANI, 1997).

Tendo em consideração tais critérios, para Ceserani, seria possível pensar numa periodização histórica que considere a passagem entre a década de cinquenta e a de sessenta, nos Estados Unidos, como o momento da

emergência de novos fenômenos, diferentes daqueles que se desenvolveram e que caracterizaram a modernidade. Todavia, tal periodização, talvez adequada para refletir acerca da sociedade americana, não pode ser unívoca: de facto, a mesma modernidade, na Europa, manifestou traços peculiares de acordo com as diferentes estruturas das sociedades.

As análises de Ceserani, em larga medida, encontram as próprias raízes nas teorias desenvolvidas por Fredric Jameson, em particular no seu *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*. O professor de Bologna dedica um inteiro capítulo do seu estudo para discutir o trabalho de Jameson, considerado como um entre os mais complexos e exaustivos estudos sobre o pós-moderno.

Em *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*, Fredric Jameson, além de manifestar a ambiguidade de pensar historicamente o presente, salienta tanto a necessidade de refletir de forma analítica sobre as mudanças na cultura e na sociedade contemporânea ocidental, quanto a ligação destas com as transformações que o capitalismo sofreu nas últimas décadas. De facto, para Jameson, a pós-modernidade poderia ser interpretada como um sinónimo de capitalismo tardio:

O que “tardio” geralmente transmite é mais um sentido de que as coisas são diferentes, que passamos por uma transformação de vida que é de algum modo decisiva, ainda que incomparável com as mudanças mais antigas da modernização e da industrialização, menos perceptíveis e menos dramáticas porém mais permanentes, precisamente por serem mais abrangentes e difusas. Isso significa que a expressão capitalismo tardio traz embutida também a outra metade, a cultural, de meu título; essa expressão é não só uma tradução quase literal da outra expressão, pós-modernismo, mas também seu índice temporal parece já chamar a atenção para mudanças nas esferas do cotidiano e da cultura. (JAMESON, 1996, p. 24-25)

No que diz respeito à periodização histórica, o intelectual americano refere de como os pressupostos tecnológicos do capitalismo tardio, que levaram também à reorganização das relações internacionais e à emergência dos processos de descolonização, existiam já na fase final da Segunda Guerra Mundial – criando assim um contato entre capitalismo tardio e pós-colonial. Porém, no âmbito cultural, para que seja possível falar de um momento de rutura com o período anterior, seria necessário esperar pelo menos até à década de setenta:

Todos concordam que as diferentes condições para uma nova “estrutura de sentimento” já estavam dadas antes do momento em que se combinaram e se cristalizaram em um estilo relativamente homogêneo: porém essa pré-história não está sincronizada com a econômica. Assim, Mandel sugere que os pré-requisitos tecnológicos básicos para a nova “onda longa” do terceiro estágio do capitalismo [...] estavam dados no final da Segunda Guerra Mundial, que também teve o efeito de reorganizar as relações internacionais, acelerar a descolonização e lançar as bases para a emergência de um novo sistema econômico mundial. Culturalmente, no entanto, as condições se encontram [...] nas grandes transformações sociais e psicológicas dos anos 60, que varreram o mapa tantas tradições no nível das *mentalités*. Desse modo, a preparação econômica do pós-modernismo, ou do capitalismo tardio, começou nos anos 50, depois que a falta de bens de consumo e de peças de reposição de época da guerra tinha sido solucionada e novos produtos e novas tecnologias (inclusive, é claro, a da mídia) puderem ser introduzidas. Por outro lado, o *habitus* psíquico de uma nova era exige uma quebra radical, fortalecida por uma ruptura de gerações, que se dá mais propriamente nos anos 60 [...]. (JAMESON, 1966, p. 23)

Tal sensibilidade diferente, discutida e questionada por Ceserani e por Jameson, tornou possível o desenvolvimento de novas características na produção artística contemporânea. Como também outros estudiosos, o americano tenta então definir os aspectos específicos que constituem a cultura pós-moderna, considerada sempre através da ligação com a esfera econômica do capitalismo.

Neste sentido, um fenômeno importante seria constituído pela mercadorização obsessiva da cultura, que começaria a incluir sempre novos elementos provenientes da indústria cultural: Hollywood, B-movies, Talk Show, música, etc. A causa deste processo, seria um progressivo apagamento das fronteiras entre “alta” cultura e cultura popular, que determinaria irrevogavelmente a revisão do cânone elitista e fechado da modernidade, no sentido de uma abertura para novas estratégias de representação que incluiriam elementos da indústria cultural.

Um outro importante fenômeno relacionado à pós-modernidade seria a fragmentação da realidade devida ao desmoroamento dos sujeitos fortes que marcaram a modernidade ocidental como a nação, o estado e o

partido político. Se o indivíduo moderno, alienado, se encontrava no interior de grandes projetos identitários ou ideológicos hierarquicamente organizados, estes já não pertencem ao sujeito pós-moderno, que procura substituí-los com individualidades plurais e horizontais, como os movimentos e os pequenos grupos. De tal dinâmica resulta uma arte que tente representar a experiência da multiplicidade e da fragmentariedade, dos mais variados pontos de olhares, e que fuja das interpretações unívocas ou estabelecidas *a priori*.

Enfim, um momento fundamental nas análises de Jameson, a pós-modernidade traria consigo uma diferente noção de tempo considerado a partir de um sentido de eterno presente onde o passado seria visto em maneira nostálgica apenas como uma bagagem cultural e temática, e o futuro impossível de ser imaginado como algo distinto do *hic et nunc*. Este último elemento traduzir-se-ia portanto na manifestação da impossibilidade do indivíduo contemporâneo em imaginar uma mudança, uma transformação – condição de melancolia que se liga à morte da utopia na época pós-moderna.

A partir de tais perspetivas, tentar pensar a contemporaneidade em Portugal parece-me ser um desafio interessante. De facto, tendo em consideração a realidade histórica e cultural portuguesa, a condição epigonal do pós-moderno necessita de ser lida e interpretada à luz das mudanças radicais que a década de setenta imprimiu com força à sociedade. Nesta perspetiva, o fim da ditadura de Salazar e da Guerra Colonial faz do ano 1974 uma data simbólica na qual colocar a viragem epocal na história portuguesa e na imagem que o português tem de si.

Considerando os três critérios propostos por Ceserani acerca da periodização histórica, de facto, a década de setenta desencadeou uma série de processos, de inovações e de mudanças radicais - na política e na economia - não apenas em Portugal, mas em todos os territórios que pertenciam ao império colonial.

Por conseguinte, também a vida social sofreu transformações relevantes: o trauma da guerra e da repressão fascista, a territorialidade nacional reduzida, o fluxo dos retornados são de facto elementos que incidiram profundamente sobre o imaginário e a identidade coletiva. Uma consequência evidente de tais mudanças foi a subversão das hierarquias interpretativas em relação à do passado – principalmente o recente passado salazarista - obrigando uma outra leitura dos acontecimentos da história lusitana.

Tendo em conta tais dinâmicas, seria portanto possível falar, para Portugal, de uma nova época caracterizada pela democracia (1974), pela adesão à CEE (1986) e à chamada Zona Euro (1999), pela entrega de Macau (1999) – menos *atlântica* e mais *européia*. Uma nova época que, de facto, marca a conclusão da tradição marítima portuguesa.

Todavia, se parece claro e evidente o facto de a chamada Revolução dos Cravos ter trazido inovações fulcrais no interior da sociedade portuguesa, mais complexa pode ser a definição deste novo período, inaugurado pelo 25 de Abril, como sendo pós-moderno. Efetivamente, os pressupostos que caracterizaram a modernidade nos países “centrais”, - como a Inglaterra e a França, - ou seja, a industrialização, dentro das fronteiras nacionais, e uma perspectiva hegemônica nas relações internacionais, foram parcialmente alcançados num contexto semiperiférico como o português.

Seria portanto importante e até fundamental refletir a partir de uma conceção de pós-moderno diferente, que tenha em conta as especificidades da situação portuguesa. Neste sentido, no caso particular de Portugal, o pós-moderno poderia talvez ser pensado nas suas implicações com um outro conceito que também ganhou sempre maior interesse nas últimas décadas, o de pós-colonial, embora sejam dois conceitos aparentemente incompatíveis. De facto, se a ideia de modernidade considera as dinâmicas económicas, sociais e da história, desenvolvidas no Ocidente e pelo Ocidente, o pensamento pós-colonial quer questionar tais análises a partir da posição das vítimas do processo de modernização atuado pelo poder hegemônico – o qual manifestou no colonialismo a própria máscara mais violenta e xenófoba. Daqui a suposta incompatibilidade dos dois conceitos:

[...] a ideia da pós-modernidade aponta demasiado para a descrição que a modernidade ocidental fez de si mesma e nessa medida pode ocultar a descrição que dela fizeram os que sofreram a violência com que ela lhe foi imposta. Esta violência teve um nome: colonialismo. (SANTOS, 2008, p. 18).

Todavia, no caso português, ou seja, de uma realidade semiperiférica e simultaneamente colonizadora e colonizada, o pós-colonial e o pós-moderno compartilham tensões, dinâmicas e estratégias representativas da realidade. De facto, se o pós-moderno manifesta a necessidade de repensar a si próprio, uma vez que os grandes sujeitos da modernidade, como a Nação e o Estado – no caso em análise, estritamente ligados à noção de Império – evidenciaram limites discursivos, tal necessidade emerge também nas reflexões de carácter pós-colonial. De acordo com as considerações de Ana Mafalda Leite:

A crítica pós-colonial considera as formas e os temas imperiais caducos, esforça-se por combater e refutar as suas categorias, e propôr uma nova visão de um mundo,

caracterizado pela coexistência e negociação de línguas e de culturas. O termo pós-colonialismo pode entender-se como incluindo todas as estratégias discursivas e performativas (criativas, críticas e teóricas) que frustram a visão colonial, incluindo, obviamente, a época colonial; o termo é passível de englobar além dos escritos provenientes das ex-colônias da Europa, o conjunto de práticas discursivas em que predomina a resistência às ideologias colonialistas, implicando um alargamento do corpus, capaz de incluir outra textualidade que não apenas das literaturas emergentes, como o caso de textos literários da ex-metrópole, reveladores de sentidos críticos sobre o colonialismo. (LEITE, 2013, p. 11).

Considerando a literatura como o lugar idóneo para manifestar as transformações nas sensibilidades e nas problemáticas de cada época, proponho aqui de pensar as tensões pós-modernas e pós-coloniais como elementos constitutivos de algumas obras portuguesas de ficção. Sobretudo as narrativas que, representando aquele momento de rutura política que foi a Guerra Colonial, quiseram questionar a própria identidade tanto no plano individual quanto no plano coletivo, à luz do violento desmorono do chamado Império Ultramarino.

De qualquer forma, se pensarmos numa visão mais abrangente da produção ficcional portuguesa do final do século XX, a aproximação das perspetivas pós-coloniais e pós-modernas parece ser uma característica relevante e não apenas algo de marginal. Esta é a opinião compartilhada, entre outros, também por Carlos Reis. Em *História crítica da literatura portuguesa*, ao introduzir o capítulo sobre o romance pós-moderno, o crítico salienta algumas características da narrativa contemporânea, como a conexão própria do caso português de inovações estético/temáticas pós-modernas e duma certa orientação pós-colonial destes textos. Afirma Reis:

[...] a elaboração de engenhosas construções metadiscursivas e metaficcionais, como se o discurso ficcional fosse domínio de autoquestionação permeável a indagações de índole metateóricas; a concepção da narrativa como campo propício para a problematização e mesmo a deslegitimação de narrativas fundadoras ou identitárias; a reescrita da história em clave ficcional. [...] No caso português e por circunstâncias históricas próprias, este interesse pela História confina com indagações de

orientação pós-colonial e com a valorização da guerra colonial como tema. (REIS, 200, p. 296)

Todavia, para as analogias com o pós-colonial manterem, na literatura pós-moderna, o mesmo potencial revolucionário, seria necessário pensar e discutir uma perspectiva diferente do pós-moderno, que tenha em consideração propostas mais marcadamente políticas. Questionando as relações entre os dois conceitos, Boaventura de Sousa Santos afirma que “as concepções pós-modernas [...] não dão resposta adequadas às aspirações éticas e políticas que subjazem a este último” (SANTOS, 2008, p.21), ou seja, o pós-colonial. Por isso, nas análises da literatura portuguesa pós 25 de Abril, acho pertinente aceitar como eixo teórico o “pós-modernismo de oposição”, teorizado e proposto pelo sociólogo:

Em vez da renúncia a projectos colectivos, proponho a pluralidade de projectos colectivos articulados de modo não hierárquico por procedimentos de tradução que se substituem à formulação de uma teoria geral de transformação social. Em vez da celebração do fim da utopia, proponho utopias realistas, plurais e cr ticas. [...] Em vez do relativismo, proponho a pluralidade e a construção de uma ética a partir de baixo. Em vez da desconstrução, proponho uma teoria crítica pós-moderna, profundamente auto-reflexiva mas imune à obsessão de desconstruir a própria resistência que ela funda. [...] Em vez do sincretismo acr tico, proponho a mestiçagem ou a hibridação com a consciência das relações de poder que nela intervêm [...]. Em comum com as concepções dominantes do pósmodernismo, o pós-moderno de oposição partilha: a crítica do universalismo e da unilinearidade da história, das totalidades hierárquicas e das metanarrativas; a ênfase na pluralidade, na heterogeneidade, nas margens ou periferias; epistemologia construtivista, ainda que não nihilista ou relativista. (SANTOS, 2008, p. 19-20)

O ROMANCE PORTUGUÊS DA GUERRA COLONIAL

Dentro do extenso campo da Literatura da Guerra Colonial², dois romances em particular, embora bem diferentes entre eles, oferecem elementos relevantes para pensar a relação entre pós-colonial e pós-moderno na literatura portuguesa: *Os cus de Judas* (1979), de António Lobo Antunes e *Jornada de África* (1989), de Manuel Alegre. Isto não apenas por razões cronológicas, mas porque efetivamente manifestam algumas das características que tentei definir de maneira sintética nas páginas anteriores.

De facto, quer Antunes quer Alegre, além de propor uma diferente visão da realidade e do contexto histórico português em relação com aquilo que era propagandeado pelo fascismo e pela historiografia oficial³, através de estratégias representativas caras ao pós-modernismo⁴ e ao pós-colonialismo procuram mostrar o vazio identitário e o sentido de perda que a guerra deixou na sociedade. Dessa maneira, na medida em que *Os cus de Judas* e *Jornada de África* salientam as fragilidades do discurso colonialista e imperial que marcou a modernidade portuguesa, os romances manifestam as tensões características do pós-colonial e do pós-moderno de oposição. Tensões que podem ser abordadas considerando, entre outros elementos textuais, as figuras metonímicas dos protagonistas dos dois romances.

² Para uma visão mais ampla da Literatura da Guerra Colonial, considerada no seu constituir-se como um verdadeiro sub-género literário pode ser interessante uma leitura dos textos: MELO, João de (org.). *Os anos da guerra – 1961-1974. Os portugueses em África, crónica, ficção, história*. Lisboa: Círculo de Leitores: 1988. TEIXEIRA, Rui de Azevedo. *A guerra colonial e o romance português. Agonia e catarse*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998. VECCHI, Roberto. *Exceção Atlântica: pensar a Literatura da Guerra Colonial*. Porto: Edições Afrontamento: 2010.

³ No seu ensaio “Desconstrução da memória imperial: literatura, arte e historiografia”, texto publicado no volume organizado por Margarida Calafate Ribeiro, *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*, Francisco Bethencourt evidencia como a historiografia portuguesa estava ligada à memória imperial e, desde sempre, ao serviço do poder: “a relação entre historiografia e memória imperial é ainda mais complexa. A democratização da historiografia através do sistema de ensino desde a fase final da monarquia constitucional, passando pela República e pelo Estado Novo, alimentou a memória colectiva, contribuindo para a difusão de figuras míticas como a do infante D Henrique. A experiência de uma colonização tardia em África, concentrada afinal nos anos 60, aliada à presença maciça de sucessivas “fornadas” de soldados portugueses na guerra colonial entre 1961 e 1974, constituiu um elemento poderoso de renovação desta memória coletiva [...]. O vazamento dessa memória para a toponímia, nomeadamente de Lisboa [...], constituem elementos de reforço do quadro de referências da identidade nacional. Entre a perpetuação da memória e a construção da identidade, a historiografia manteve até aos nossos dias uma utilidade ambígua ao serviço de valores e regimes que não sofreu rupturas com a revolução de Abril, apenas adaptações a novas necessidades e novos projetos políticos. (BETHENCOURT, 2003, p. 80/81)

⁴ Para uma análise das formas e das estratégias representativas do romance pós-moderno, veja-se o estudo *Poéticas do pós-modernismo*, de Linda Hutcheon (HUTCHEON, 1991). Para uma discussão mais abrangente sobre a ficção portuguesa pós-moderna, sugere-se a leitura de *Post-modernismo no romance português contemporâneo*, de Ana Paula Arnaut (ARNAUT, 2002).

A crise pessoal que a guerra desencadeou nos dois protagonistas, no narrador em *Os cus de Judas* e na personagem do Alferes Sebastião, em *Jornada de África*, pode ser efetivamente interpretada, no plano coletivo, como a lenta e traumática perda de sentido da conceção moderna da experiência colonial, sublinhando a necessidade de pensar a própria identidade para além das lógicas e dos discursos ligados ao império. O indivíduo português, depois de ter sofrido por quarenta anos o jugo fascista e depois de ter passado pela experiência da guerra, já não pode reconhecer-se mais dentro do imaginário coletivo propagandeado pelo Estado Novo. A partir daqui, o sentimento de vir depois do fim de uma grande narrativa, a da Nação Portuguesa baseada na sua memória mítica, gera um irreprimível sentimento de perda e de vazio. Sensação esta que, além de ser característica da condição epigonal pós-moderna, irá definir o pós-colonial em Portugal.

De facto, se nos contextos relativos às ex-colónias libertar-se de uma visão do mundo ditada pelo império significou voltar às próprias raízes, que no entretanto o colonialismo tinha tentado apagar através da violência⁵, em Portugal ter que se repensar além do império significou pôr em discussão as próprias bases identitárias. Tal movimento, desencadeado pela experiência traumática da Guerra Colonial e pela repressão fascista, causou o inevitável sentimento de perda, descrito por António Lobo Antunes, em *Os cus de Judas* através da metáfora espacial da casa do verão:

Com Lisboa a afogar-se na distância num suspiro derradeiro de hino. Subitamente sem passado, com o portachave de Salazar no bolso, de pé entre a banheira e o lavatório de quartos de bonecas atarraxados à parede, sentia-me como a casa dos meus pais no verão, sem cortinas, de tapetes enrolados em jornais, móveis encostados aos cantos cobertos de grandes sudários poeirentos, as pratas emigradas para a copa da avó, e o gigantesco eco dos passos de ninguém nas salas desertas. (ANTUNES, 2008, p. 20-21)

A estratégia narrativa através da qual Lobo Antunes constrói as suas memórias da guerra é a do monólogo. De facto, o narrador, sentado à mesa de um bar, encena um diálogo com uma mulher, personagem implícita na fala do narrador mas que nunca toma a palavra ou intervém na conversa. Tanto que, em *Os romances de António Lobo Antunes*, Maria Alzira Seixo,

⁵ Para melhor compreender as múltiplas e sistêmicas violências do colonialismo contra os povos nativos, recomenda-se a leitura de *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon. (FANON, 1968)

ao discutir acerca do diálogo/monólogo que sustenta o texto, fala de “discurso direto oclusivo” onde “a personagem diegeticamente emergente, comparsa da ação em atitudes, gestos e diálogo pressuposto, é literalmente apagada pela retomada da sua fala pelo narrador, que dela se apropria e só desta apropriação faz viver a relação dialogante” (SEIXO, 2002, p. 40).

É exatamente através do monólogo que António Lobo Antunes encena o sentido de perda que, no romance, aparece tendo os caracteres da mais completa desfamiliarização do sujeito em relação ao próprio país e à realidade dentro da qual se escreve a sua experiência vivida. Tal desfamiliarização passa também por uma escrita profundamente marcada por uma ironia amarga e crua, que visa evidenciar este sentimento de perda, de não pertencer:

A cada ferido de emboscada ou de mina a mesma pergunta aflita me ocorria, a mim, filho da Mocidade Portuguesa, das Novidades e do Debate, sobrinho de catequistas e íntimo da Sagrada Família que nos visitava a domicílio numa redoma de vidro, empurrado para aquele espanto de pólvora numa imensa surpresa: são os guerrilheiros ou Lisboa que nos assassinam, Lisboa, os americanos, os russos, os chineses, o caralho da puta que os pariu combinados para nos foderem os cornos em nome de interesses que me escapam, quem me enfiou semáforo neste cu de Judas [...]. (ANTUNES, 2008, p. 42)

No estudo já citado sobre a produção literária de Lobo Antunes, neste sentido de erosão, nesta condição epigonal de um eu fragmentado pela experiência da guerra e pela consciência da perda, Maria Alzeira Seixo quer vislumbrar também uma perspetiva pós-colonial. Segundo a estudiosa, tal condição vivida pelo protagonista permitiria-lhe uma aproximação com as vítimas da colonização:

A intenção do sentimento pós-colonial desenvolvido neste livro ultrapassa, portanto, em muito, a consideração da guerra de África como uma aberração [...]; com efeito, em *Os cus de Judas*, na relação colonizador-colonizado, é justamente a situação de um tipo particular de colonizador que é radicalmente encarada [...]: aquele que perdeu o seu lugar (a sua nação) para não ter nenhum (nenhuma, porque deixa de se reconhecer na sua) e pode entender deste modo

a privação dela a que o sistema a que pertence (ou pertencia) condenou o nativo (SEIXO, 2002, p. 57)

Como no romance de Lobo Antunes também em *Jornada de África* o mesmo sentimento de perda domina toda a obra, embora seja representado através formas e estratégias bem diferentes em relação com *Os cus de Judas*.

Por sua vez, a obra de Manuel Alegre pode ser considerada uma reescrita⁶ da omonima crónicas da autoria do historidaor Jorónimo de Mendonça (1584-1607). Dessa maneira, através da analogia entre o Rei Dom Sebastião e o jovem alferes Sebastião, - protagonista do romance, - assim como através da construção de um tempo ucrônico, Alegre quer sublinhar a necessidade de ir além da mitologia imperial, a necessidade de repensar si próprio numa perspetiva que não mergulhe as raízes no passado mítico, lugar da utopia messianica. Neste sentido, pode-se ler a viagem de Lisboa para Luanda, que marca o princípio do romance, dentro do seu valor simbólico. De facto, em *Jornada de África*, Alegre encena o movimento entre a ex-metrópole do império e a então colónia, tentado traçar um *continuum* com a secular tradição marítima. A viagem do alferes Sebastião coincide, portanto, com a viagem de Dom Sebastião, e com esta se confunde: a última partida de Sebastião, de avião e já não de barco, contém no seu interior todas as partidas dos portugueses. É este o ciclo que o romance pretende fechar, escondido através da fusão da figura de Dom Sebastião/Sebastião e das derrotas de Alcácer Quibir/Nambuagongo. Os mortos de hoje são todos os que desapareceram durante as aventuras ultramarinas: navegadores, mercadores, soldados; e Luanda, Nambuagongo, Sanza Pombo – topónimos que se encontram em *Jornada de África*—são os nomes, entre outros, da perda: “E há algo mais que está a morrer aqui, não sei explicar-te, por vezes sinto isso quase fisicamente, como se fosse o tempo a apodrecer, a História, um país” ALEGRE, 2007, p. 187).

Refletindo acerca do romance de Alegre, em *Exepção Atlântica: pensar a literatura da Guerra Colonial*, Roberto Vecchi escreve:

⁶ É possível considerar a reescrita como uma das estratégias representativas mais prolíficas tanto da literatura pós-colonial, quanto da literatura pós-moderna. Se Christian Moraru chama a época pós-moderna como “the age of cloning” (MORARU, 2001) em *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*, Thomas Bonnici salienta o papel revolucionário das reescritas na literatura pós-colonial. De facto, afirma Bonnici, a reescrita “implica problemas como a subversão no cânone literário” (BONNICI, 2000, p.40).

A crise pessoal de Sebastião, produzida nele pela máscara moderna da guerra [...] gera um processo irreprimível de erosão, de perda de identidade. [...] Mas nesta consciência dissociada de si como outro, não é apenas a experiência dilacerante do conflito a prejudicar a identidade plena do seu eu, a secundar a sua deriva alienada: Sebastião, encarnando o retorno de um mito como garantia da nacionalidade, torna-se uma metáfora viva da perda de identidade mais ampla, coletiva, de uma geração, de todo um povo que não pode mais reconhecer-se no discurso ideológico dominante, que instrumentaliza mitos e imagens fundadores de consciência nacional para legitimar a própria cruzada. (VECCHI, 2010, p. 69/70)

Nesta tensão constante que domina os dois romances, entre a perda de identidade e a necessidade de repensar a si próprios à luz de outras perspectivas que não sejam as da memória imperial e da modernidade colonial, também a imagem da África em Manuel Alegre e em António Lobo Antunes assume novas conotações. Inovadoras, se consideradas em relação às relativas à literatura colonial.

Em “Uma intensa disseminação: a África como *locus* na literatura portuguesa”, Inocência Mata analisa as configurações através das quais a África foi representada na literatura portuguesa. Se na literatura colonial a África aparece como lugar hostil, tendo como finalidade ideológica de desenhar “a apologia do império e da colonização” (MATA, 2011:133), depois da Guerra Colonial e das independências, a literatura fez da África o espaço privilegiado para o *uncanny*, o *locus* da perturbação individual, na tentativa de procurar uma catarse coletiva. Segundo Inocência Mata,

depois das independências, a África evocada era-o primeiramente enquanto localização da inquietação colonial e imperial, mais precisamente por ser lugar de um *tempus horribilis* histórico – a Guerra Colonial – e já não propriamente *locus horrendus*, como fora na construção da ultramarinidade e da colonialidade, em que o confronto era com o espaço humano e natural” (MATA, 2011, p. 133).

Na medida em que floresceram as obras literárias centradas sobre a Guerra Colonial, também a África foi adquirindo significações peculiares, estranhas às dinâmicas da literatura colonial. É este o caso de *Jornada de África* e de *Os cus de Judas*, romances nos quais a experiência direta da

África durante a guerra empurra o sujeito para uma reconsideração das próprias hierarquias interpretativas: no plano individual, isto interfere na relação do sujeito com o próprio “eu” – causando o sentido de perda, de melancolia e a morte da utopia que tanto Fredric Jameson quanto Remo Ceserani consideram como elementos centrais da sensibilidade pós-moderna – enquanto no plano coletivo, traz uma reconfiguração das coordenadas identitárias e a necessidade de pensar uma memória compartilhável para além das lógicas do império.

Num certo sentido, seria possível afirmar que está-se perante o processo pós-colonial proposto por Boaventura de Sousa Santos na sua “epistemologia do Sul”, de aprender através e com o Sul – considerando o Sul como “metáfora do sofrimento humano sistémico causado pelo capitalismo global” (SANTOS, 2006, p. 225). Isto significaria portanto aprender a partir da experiência e da consciência do sofrimento, neste caso o da África do *tempus horribilis* histórico causado pela violência sistêmica do colonialismo e explodido de forma traumática durante a Guerra Colonial, para pensar si próprio em termos individuais e coletivos.

Em conclusão, seria possível afirmar que, no plano de fundo constituído pela experiência traumática da guerra e da repressão fascista, as tendências pós-modernas e pós-coloniais de enfraquecimento dos sujeitos fortes da modernidades, assim como uma certa ênfase nas margens e nas pluralidades de perspectivas, operam, nos romances, de maneira uncional para repensar tanto Portugal quanto o imaginário português sobre a África colonial. E é exatamente a partir de uma particular vivência da África, a do conflito bélico, que em *Os cus de Judas* e em *Jornada de África* tal necessidade e tais questionamentos se desencadeiam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGRE, Manuel. *Jornada de África*. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2007.

ANTUNES, António Lobo. *Os cus de Judas*. 27. ed. Lisboa: Leya, 2008.

ARNAUT, Ana Paula. *Post-modernismo no romance português contemporâneo: fios de Ariadne - máscaras de Proteu*. Coimbra: Almedina, 2002.

BETHENCOURT, Francisco. Desconstrução da memória imperial: literatura, arte e historiografia. In: RIBEIRO, Margarida Calafate, FERREIRA, Ana

Paula (orgs.). *Fantasmagorias e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Edição Campo das Letras, 2003, p. 69-81.

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Editora da Universidade de Maringá, 2000.

CESERANI, Remo. *Raccontare il Postmoderno*. Milano: Bollati-Boringhieri, 1997.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

JAMESON, Fredric. *Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism*. London: Verso, 1993.

LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Edições Colibrí, 2. ed., 2012.

MATA, Inocência. Uma intensa disseminação. A África como *locus* na literatura portuguesa. In: *Letras com vida: Literatura, Cultura, Arte*. Lisboa: Gradiva; CLEPUL, n. 3, p. 132-140, set. 2001.

REIS, Carlos. *História Crítica da Literatura Portuguesa IX*. Lisboa: Verbo, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In: *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento, 2006, p. 211-254.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro”. *Travessias*, Coimbra, n. 6-7, p. 15-36, 2008.

SEIXO, Maria Alzira. *Os Romances de António Lobo Antunes*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

VECCHI, Roberto. *Excepção Atlântica: Pensar a Literatura da Guerra Colonial*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

Data de recebimento: 30 de junho de 2017

Data de aprovação: 7 de dezembro de 2017